

# Sonhos se renovam na capital da esperança



» **CLARA MARINHO, ELLEN DA SILVA, JOÃO PEDRO CALEIRO E KAROLINE BELO**  
Autores do *Guia da Gestão Pública Antirracista*

Brasília nasceu do desejo de um Brasil moderno. Erguida por trabalhadores/as de todos os cantos, suas linhas elegantes de eixos e edifícios ainda carregam a promessa de um futuro melhor. Mas, como em uma zona fronteira, Brasília é ambígua: acolhe e exclui pessoas, organizações e movimentos, combinando herança colonial e racionalidades políticas e burocráticas diversas.

Nesse contexto é que se insere o *Guia da Gestão Pública Antirracista*, livro coletivo escrito ao longo de um ano e meio, após imersão das/os autoras/es na Escola de Governo da Universidade de Oxford. A obra será lançada em 27 de abril, às 9h no Ipea e às 19h na Livraria Circulares, nesta capital, e soma-se às iniciativas da sociedade civil e governos para lançar luz sobre como o Estado tem recebido e tratado as demandas da população negra.

O *Guia* mostra que o Estado brasileiro tem contribuído, por ação e omissão, para a perpetuação de desigualdades raciais, e que, apesar da criação de políticas de promoção da igualdade racial e enfrentamento ao racismo, tem dificuldades de produzir resultados em sentido contrário.

Essa é uma luta que, naturalmente, não é de

hoje. Desde 1995, Brasília recebeu quatro grandes protestos evocando novas leis e programas antirracistas e pedindo a expansão, melhoria e equidade no acesso a serviços públicos e benefícios sociais. O último deles, a 2ª Marcha das Mulheres Negras, em novembro, colocou cerca de 300 mil pessoas na Esplanada, um dos principais atos recentes pela melhoria do desempenho da administração pública.

Em que pese a legitimidade das demandas dos movimentos negros, a tomada de ação antirracista no governo ainda encontra dificuldades para florescer fora de órgãos específicos. Como o *Guia* evidencia, a partir de entrevistas com servidores/as, há dificuldade em reconhecer que a burocracia e os processos das principais políticas públicas podem oferecer serviços distintos e de qualidade inferior a cidadãos negros. Além disso, persiste nos gabinetes a crença de que as políticas devem ser neutras ou que programas universais e focalizados nos mais pobres bastam para interromper práticas discriminatórias. Por fim, a questão racial é frequentemente dissociada de instrumentos potencialmente redistributivos, como tributos e orçamento.

Não surpreende, assim, que sejam enormes e frequentes os desafios enfrentados no dia a dia por aqueles/as servidores/as e lideranças responsáveis por implementar políticas antirracistas. Entre os explorados pelo *Guia*, encontramos o fato de que essas iniciativas ficam apoiadas mais em pessoas do que em instituições estáveis, com carreiras estruturadas, orçamento alocado e processos e produtos bem definidos.

O senso comum informa bastante as decisões tomadas em nome da equidade: sem diagnóstico

das políticas públicas por raça/cor, persiste a ideia de que a pele negra não tem grande papel em estruturar as desigualdades no país. Isso torna mais difíceis os desenhos das políticas que enfrentem objetivamente o racismo e suas consequências, bem como as interações entre a população negra e o serviço público.

Isso posto, o *Guia* busca qualificar o debate público sobre as políticas antirracistas. Com linguagem direta e acessível, apresenta de forma estruturada as políticas existentes e propõe estratégias para o seu avanço, dialogando sempre com servidores/as e todas as pessoas interessadas nesse campo. Se não basta não ser racista e, sim, ser antirracista, como é que se faz? O *Guia* responde com estratégias de aprendizagem individual e coletiva, de coleta de dados, de incidência política, de escuta da população, de ajustes incrementais, entre outras, para a redefinição do problema público.

O *Guia* é sobre estratégias de ação, e, sobretudo, sobre ser capaz de sonhar outro país possível. A implementação dos processos de equidade se dá em contextos desafiadores, tem limitações institucionais e repertório ainda incipiente, o que requer constante navegação técnica e política. Ainda assim, a história e a escuta de especialistas reunidas no livro mostram que, quando o sonho encontra método, constância e ação coletiva, a mudança acontece e o antirracismo vira prática de gestão. Em suma, ainda há tempo de concretizar o futuro melhor que Brasília prometeu para todos e todas, e do qual a população negra não pode ficar do lado de fora. O *Guia* se propõe a ser um facilitador desse processo.

## Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // [circecunha.df@dabr.com.br](mailto:circecunha.df@dabr.com.br)

## Caso BRB e os respingos nas eleições

À medida que se aproxima o calendário eleitoral no Distrito Federal, um fator extrínseco à disputa política tradicional começa a ganhar peso e pode influenciar decisivamente o ambiente das urnas: a confiança ou a falta dela nas instituições locais. E, nesse contexto, a situação do Banco de Brasília (BRB) emerge como um elemento sensível, capaz de afetar não apenas a percepção econômica, mas também o humor político do eleitorado. Instituições financeiras públicas carregam uma dupla responsabilidade. De um lado, operam dentro das regras de mercado; de outro, representam o Estado e, portanto, o interesse coletivo. Quando surgem questionamentos sobre gestão, exposição a riscos ou decisões estratégicas controversas, o impacto ultrapassa o balanço contábil e atinge diretamente a confiança da sociedade.

Nos últimos anos, a imprensa local e nacional tem acompanhado de perto os movimentos do BRB, especialmente sua estratégia de expansão, aquisição de ativos e parcerias. Reportagens têm destacado tanto o crescimento da instituição em determinados períodos quanto preocupações relacionadas à qualidade de ativos, exposição a riscos e necessidade de ajustes na carteira. Como ocorre com qualquer banco, decisões desse porte envolvem riscos calculados, mas, quando os resultados passam a ser questionados, a cobrança pública se intensifica. Balanços financeiros divulgados indicam que o banco passou por fases distintas, com momentos de expansão relevante e, posteriormente, necessidade de revisão de estratégias.

Ainda que a análise de responsabilidades deva ser feita com base em dados concretos e processos formais, a percepção popular tende a associar resultados negativos à condução política. Outro aspecto que amplia a sensibilidade do tema é o potencial impacto sobre a população. Embora o sistema financeiro brasileiro possua mecanismos de proteção, como o Fundo Garantidor de Créditos (FGC), qualquer instabilidade em um banco público gera apreensão. A ideia de que prejuízos possam, direta ou indiretamente, recair sobre os contribuintes alimenta um sentimento de insegurança. A cobertura da imprensa tem enfatizado justamente esse ponto: a necessidade de transparência. Em situações que envolvem recursos públicos e instituições estratégicas, a clareza das informações não é apenas desejável é essencial. Quanto mais opaco o cenário, maior o espaço para especulação, desconfiança e desgaste institucional. Esse ambiente de incerteza pode, sim, transbordar para o campo eleitoral. Quando temas relevantes permanecem sem esclarecimento adequado, o debate político tende a ser contaminado por ressentimentos, suspeitas e narrativas conflitantes. No entanto, é preciso cautela ao interpretar esse cenário.

A ideia de que eleições ocorreriam “sob vingança” ou “sem paz” é uma projeção possível, mas não inevitável. Democracias convivem com crises e, ainda assim, mantêm processos eleitorais regulares. O que define a qualidade desse processo é justamente a capacidade das instituições de oferecer respostas claras e dentro da legalidade. Nesse sentido, o papel dos órgãos de controle, como tribunais de contas, Ministério Público e instâncias reguladoras, torna-se central. São essas instituições que têm a responsabilidade de apurar eventuais irregularidades, avaliar a consistência das decisões tomadas e, quando necessário, responsabilizar agentes públicos ou privados. Sem esse trabalho técnico, o debate público corre o risco de se apoiar mais em percepções do que em fatos.

A classe política local também não escapa desse escrutínio. Em sistemas democráticos, decisões estratégicas envolvendo instituições públicas são, em maior ou menor grau, compartilhadas entre diferentes atores. Isso não significa atribuir culpa indistinta, mas reconhecer que governança é um processo coletivo, que exige vigilância constante. Para o eleitor, o cenário se apresenta como um teste de maturidade institucional. Diante de informações complexas e, por vezes, incompletas, será necessário separar análise técnica de discurso político.

Quanto mais cedo e de forma mais clara forem apresentados os dados, explicações e eventuais correções de rumo, menor será o impacto sobre o ambiente político. Se há dúvidas, elas precisam ser respondidas. Se há problemas, precisam ser corrigidos. E se há responsabilidades, devem ser apuradas dentro do devido processo legal. O Distrito Federal tem estrutura institucional suficiente para enfrentar esse tipo de desafio. O que está em jogo não é apenas o futuro de uma instituição financeira, mas a credibilidade de um sistema que depende, acima de tudo, da confiança de seus cidadãos. É justamente essa confiança que definirá se o processo eleitoral transcorrerá sob tensão ou sob a normalidade democrática que se espera de uma capital que abriga o centro do poder nacional.

## A frase que foi pronunciada:

“Novo crime hediondo: desviar dinheiro do trabalhador, como quem subtrai não apenas cifras, mas tempo de vida convertido em esforço, expectativa e dignidade, erodindo silenciosamente o pacto social que sustenta a confiança nas instituições e naturalizando a ideia perversa de que o sacrifício coletivo pode ser apropriado por poucos sem consequência proporcional.”

É o que fala o coração dos honestos

## História de Brasília

Os cariocas estão chamando o anexo do Congresso de sanduíche de vento. (Publicada em 17/5/1962)

## Candidatos em desfile



» **ANDRÉ GUSTAVO STUMPF**  
Jornalista

Campanha eleitoral começa a aparecer no horizonte político brasileiro. De várias maneiras. O ex-governador Romeu Zema, de Minas Gerais, candidatíssimo, abriu o verbo e atacou sem meias palavras os poderes dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Alguns deles, por sua vez, continuaram a exibir argumentos em momento que, dia a dia, se torna mais tenso. O governo Trump, que não perde oportunidade de cometer deslizes, despacha policial brasileiro de volta para casa. O presidente Lula enxerga no episódio momento especial para retaliar. Manda retirar credenciais de policial norte-americano que estava em Brasília. Brigar com Washington rende votos no Brasil.

Este é o momento em que as coisas não são exatamente como aparentam ser. Há um jogo maior no sentido de impressionar a opinião pública. O candidato da extrema-direita é o senador Flávio Bolsonaro, nascido em Resende, estado do Rio de Janeiro, em abril de 1981, filiado ao Partido Liberal, formado em direito pela Universidade Cândido Mendes. O pai dele, Jair, foi presidente da República, disputou a reeleição e perdeu. Depois, tentou o golpe de Estado. O ex-presidente nunca enganou ninguém. Elogiou torturadores, disse que as forças da repressão deveriam ter matado mais gente no Brasil e fez apologia pública do retorno ao tempo do Ato Institucional número 5.

Ninguém deve duvidar da sinceridade do ex-presidente, que cumpre prisão domiciliar em Brasília. Ele não mudou. Faz constantes visitas a médicos e hospitais com objetivo de sensibilizar a opinião pública com sua propalada saúde frágil. Seu filho Flávio tornou-se candidato à

Presidência da República por uma indicação solitária do pai, que apontou na sua direção sem qualquer consulta a partido ou correligionários. Foi ato pessoal, impositivo. Eu quero, eu posso, eu mando. Flávio é candidato sem programa, sem apoio de boa parte de seu partido, que não participou do processo de seleção e escolha do candidato.

Flávio não pode falar. Nem deve. Se repetir as falas do pai, vai perder votos. Ele não consegue nem anunciar projetos que eventualmente se choquem com os objetivos paternos. Além disso, o candidato cometeu seus pecadilhos, maiores ou menores, ao longo de sua discreta experiência política. Antes de se eleger senador, exerceu quatro mandatos consecutivos na famosa Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), quando homenageou milicianos, é acusado de montar um sistema de rachadinhas e comandou loja de chocolates em shopping da Zona Oeste que mantinha peculiar faturamento constante. Além disso, há a mal explicada operação de crédito no BRB — Banco de Brasília — para aquisição de mansão no Lago Sul, na capital federal.

Os outros candidatos são menos conhecidos e ainda não movimentam as massas. Ronaldo Caiado, nascido em Anápolis em setembro de 1949, é médico, formado no Rio de Janeiro, com especialização em ortopedia e traumatologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor universitário, fluente em inglês e francês, produtor rural que começou a ganhar notoriedade ao presidir a União Democrática Ruralista (UDR) entre 1986 e 1989, período de intensos debates sobre reforma agrária no Brasil. Ele não esconde sua posição política. É rival do Partido dos Trabalhadores. Foi deputado federal por Goiás desde 1991 até 2015. Senador por seu estado e governador a partir de 2018, reeleito em 2022.

Ronaldo Caiado fala abertamente de seus projetos. Defende a privatização de empresas estatais, a redução do estado, ajuste fiscal, o incentivo ao agronegócio, o feroz combate ao crime organizado, acena com anistia ampla e irrestrita a todos condenados pela tentativa de golpe institucional

no início do governo Lula. Ele propõe a pacificação do país, em ato semelhante ao do presidente Juscelino Kubitschek, mineiro que foi senador por Goiás. JK perdeu os militares que tentaram o golpe de Estado contra ele. A candidatura de Caiado divide a direita e os conservadores.

Romeu Zema é uma novidade, que, não por acaso, pertence ao Partido Novo. Mineiro de Araxá, nascido em outubro de 1964, nunca se envolveu com política antes. Foi governador de Minas Gerais em dois mandatos consecutivos e, agora, olha para a Presidência da República. Seu currículo é simples. Possui graduação em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo. Iniciou sua carreira no Grupo Zema, empresa familiar fundada pelo avô em Minas Gerais. Atuou em várias áreas da companhia até se tornar presidente do grupo, que atua no varejo, consórcios, serviços financeiros e energia. É conhecido como um administrador voltado para eficiência e redução de custos. Sua atuação em Minas Gerais privilegiou o ajuste fiscal, controle de gastos, privatizações e melhoria do ambiente de negócios.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva é o pretendente com maiores chances de vitória, embora sua rejeição no eleitorado ultrapasse os 50%. Não menciono os demais que, neste momento, não parecem ter boas possibilidades de vencer. Lula, ao contrário, com seus mais de 80 anos, viaja, exibe boa saúde, fala sobre tudo que lhe vem à cabeça. É um vencedor. Já ganhou três eleições e emplacou um poste chamado Dilma Rousseff. Disputa sua quarta e última eleição. Tem chances de vitória, empurrado pelo Partido dos Trabalhadores, com suas tintas de esquerda e sindicalismo radical. Suas ideias políticas estão solidamente plantadas nos anos setentas, do século passado, quando havia guerra fria e a revolução em Cuba incendiava as mentes da juventude na América do Sul. Ele tem dificuldade em lidar com a globalização.

Os principais nomes são esses. As discussões de agora nem sempre revelam suas verdadeiras intenções. O que está em jogo é o poder. Vale tudo para conseguir acesso à cadeira presidencial.